



# ***Prova Objetiva***

**01/06/2025 – 14h**

## **INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este Caderno de Questões contém **50 perguntas do tipo múltipla escolha** referentes ao conteúdo programático divulgado no Aviso de Seleção PGE/MS/n. 02, de 20 de março de 2025.
2. Durante a prova não será permitida a comunicação entre os interessados.
3. É vedada qualquer consulta à legislação, comentada ou não, à doutrina, à jurisprudência, a papéis, a anotações de qualquer natureza, bem como a utilização de aparelhos ou componentes eletrônicos, ou qualquer outro meio que quebre a incomunicabilidade do candidato. A transgressão importará na exclusão do candidato do processo seletivo.
4. Serão apreendidas as provas do interessado que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
5. O tempo de duração total da Prova Objetiva será de 4 (quatro) horas. Somente após decorridas 3 (três) horas de seu início, o interessado poderá retirar-se do local em definitivo, levando o Caderno de Questões.
6. Ao receber o Cartão-Resposta, o interessado deverá conferir seus dados pessoais impressos, em especial seu nome, número de inscrição e se há marcações indevidas no campo na parte destinada às respostas. Se houver alguma incorreção nos dados e/ou marcação, solicite imediatamente a substituição. Não serão aceitas reclamações após o início da prova.
7. As questões contêm quatro alternativas, identificadas pelas letras “A”, “B”, “C” e “D”. Marque no Cartão-Resposta a alternativa que entender correta, conforme o enunciado da questão, preenchendo totalmente o espaço correspondente, sem rasura, para permitir a precisa leitura óptica das respostas. Há somente uma alternativa correta para cada questão.
8. Utilize caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, para assinalar no Cartão-resposta.
9. Os prejuízos advindos das marcações incorretas serão de inteira responsabilidade do interessado, caso em que **não** haverá substituição do Cartão-resposta.
10. O interessado deverá entregar o Cartão-Resposta devidamente preenchido, assinado e com a frase de verificação: **“A PGE auxilia na elaboração de políticas públicas”**, sob pena de ser atribuída a pontuação “0” (zero) na prova.
11. Verifique se neste Caderno de Questões constam todas as questões **(de 1 a 50 de múltipla escolha, com 4 alternativas: “A”, “B”, “C” e “D”)**. Qualquer anormalidade (página repetida, ausência de página, questões incompletas, ausência de alternativas, impressão com defeito), solicite imediatamente a substituição. Não serão aceitas reclamações após o início da prova.
12. O Gabarito Preliminar da Prova Objetiva está previsto para ser disponibilizado nos sítios eletrônicos [www.concursos.ms.gov.br](http://www.concursos.ms.gov.br) e [www.pge.ms.gov.br](http://www.pge.ms.gov.br), no dia 03 de junho de 2025.

**BOA PROVA!!!**

## Prova objetiva para Residência Jurídica

1. De acordo com a redação do § 1º do art. 37 da Constituição Federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Essa norma constitucional consagra qual princípio?
  - A) da publicidade.
  - B) da impessoalidade.
  - C) da legalidade.
  - D) da eficiência.
  
2. Sobre as autarquias, marque a opção **INCORRETA**:
  - A) São pessoas jurídicas de direito público interno.
  - B) Depois de autorização expressa da lei, podem ser criadas por ato do Poder Público.
  - C) Não estão subordinadas hierarquicamente à Administração Pública Direta, mas sofrem um controle finalístico.
  - D) Possuem patrimônio próprio e funções típicas do Estado.
  
3. Sobre o poder de polícia, marque a alternativa **INCORRETA**:
  - A) No exercício do poder de polícia, a Administração Pública pode restringir direitos fundamentais.
  - B) A discricionariedade está presente em todo e qualquer ato decorrente do poder de polícia.
  - C) No exercício da atividade de polícia, a Administração pode editar atos normativos e atos concretos.
  - D) A validade do exercício do poder de polícia está condicionada, entre outros, aos imperativos de razoabilidade e proporcionalidade.
  
4. Em relação ao tema dos bens públicos, considerando o disposto na Constituição Federal e no Código Civil, é **INCORRETO** afirmar que:
  - A) A partir do critério da afetação, os bens públicos podem ser classificados em “bens de uso comum do povo”, “bens de uso especial” e “bens dominicais”.
  - B) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
  - C) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
  - D) Para serem passíveis de alienação, os bens públicos devem se manter afetados a uma finalidade pública.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

5. A respeito dos temas “ato administrativo” e “processo administrativo”, considerando a disciplina constante na Lei Federal nº 9.784, de 1999 (também conhecida como “Lei de Processo Administrativo Federal”), avalie as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:
- I – O processo administrativo é sempre iniciado de ofício.
  - II – A convalidação do ato administrativo prestigia o princípio da segurança jurídica, de modo que dispensa motivação.
  - III – A motivação dos atos administrativos decisórios deve ser específica, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.
  - IV – Em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, é permitida a delegação da edição de atos de caráter normativo.
- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - C) Apenas a assertiva III está correta.
  - D) Nenhuma assertiva está correta.
6. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB (Decreto-Lei nº 4.657, de 1942), é correto afirmar que:
- A) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
  - B) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, a decisão tomada com base em valores jurídicos abstratos deverá prever a celebração de compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
  - C) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da atualidade em detrimento das orientações gerais da época, sendo permitido que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
  - D) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, em prejuízo dos direitos dos administrados.
7. Com relação ao procedimento licitatório, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) Preocupada com a assimetria de informações que há nos processos de contratação, a Lei Federal nº 14.133, de 2021 previu institutos, ferramentas e medidas tendentes à maximização dos interesses da Administração Pública, que, direta ou indiretamente, atenderá a uma necessidade pública.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

- B) Dentre as formas de parcelamento da solução, tem-se o parcelamento formal, que corresponde à realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas com permissão de participação das empresas reunidas em consórcio ou de subcontratação específica do objeto.
- C) Quando se está diante de um mercado onde os custos de produção não são homogêneos, a divulgação de valor estimado da contratação (valor de referência) tende a alterar o preço final das negociações, o que poderá ensejar a aquisição de um bem ou a contratação de um serviço em valor não compatível com o mercado e, assim, prejuízo ao erário.
- D) A exclusão de potenciais licitantes, em razão de mero desatendimento à formalidade que não comprometa a aferição da qualidade do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, importa em transgressão ao princípio da competitividade e, por conseguinte, possível não concretização dos objetivos enumerados nos incisos I e II do art. 11 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
8. No caso de celebração de termos aditivos para a modificação do valor de contratos administrativos em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa, levando em consideração as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:
- I – A base de cálculo para incidência dos limites de alteração do objeto contratual corresponde ao critério de julgamento e adjudicação da licitação, de modo que, na hipótese de adjudicação pelo menor preço global para um único fornecedor, o percentual será aplicado sobre o valor global atualizado do lote ou grupo.
- II – A alteração contratual não pode transfigurar o objeto da contratação.
- III – Na hipótese de ter sido exigida garantia na celebração do contrato, há necessidade de a garantia ser atualizada conforme o valor do contrato após a alteração quantitativa.
- IV – O ordenamento jurídico brasileiro assegura a alteração quantitativa, dispensando a Administração Pública de apresentar justificativa quanto à necessidade de sua formalização.
- A) todas as assertivas estão corretas.
- B) somente as assertivas I e II estão corretas.
- C) somente as assertivas II e III estão corretas.
- D) somente as assertivas I, II e III estão corretas.
9. Levando em consideração as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:
- I – Nas hipóteses em que haja compartilhamento patrimonial sem transferência de recurso financeiro, o Estado de Mato Grosso do Sul poderá formalizar acordo de cooperação com organização da sociedade civil (OSC), ficando dispensada a realização de chamamento público.
- II – Ainda que a emenda parlamentar tenha indicado como beneficiário, nominalmente e de forma expressa, uma organização da sociedade civil, a formalização de parceria pela Administração Pública demanda realização de chamamento público.
- III – O chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da

## Prova objetiva para Residência Jurídica

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

IV – O chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração e termo de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

- A) Apenas a assertiva IV está correta.
- B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

10. Assinale a alternativa correta:

- A) A permissão de serviço público distingue-se da concessão comum pelo fato de não exigir prévia licitação, podendo ser outorgada diretamente, desde que garantido o interesse público.
- B) Tanto a concessão comum quanto a parceria público-privada exigem licitação prévia e se caracterizam pela transferência da execução do serviço público ao particular, mas apenas na parceria público-privada admite-se a remuneração exclusiva do parceiro privado por meio de tarifas pagas pelos usuários, sem qualquer contraprestação da Administração Pública.
- C) Ao contrário da concessão comum, a parceria público-privada, nas modalidades patrocinada e administrativa, admite obrigatoriamente a contraprestação pecuniária do poder público, sendo vedada a celebração de parcerias público-privadas para contratos com valor inferior a R\$ 10 milhões ou com prazo inferior a 5 anos.
- D) No âmbito da parceria público-privada administrativa, admite-se a concessão de serviços públicos essenciais cuja remuneração do parceiro privado derive exclusivamente da tarifa cobrada diretamente dos usuários, sendo vedada a vinculação de receitas públicas ao pagamento do contratado, exceto em caso de garantias complementares autorizadas por lei específica.

11. Considerando a competência legislativa concorrente da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, analise as seguintes assertivas:

I – Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

II – A competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

III – A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência complementar dos Estados.

Assinale a alternativa que contém somente assertivas corretas:

- A) I e II.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) II e III.

12. Acerca da intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, assinale a alternativa que **NÃO** representa hipótese que autoriza a intervenção:

- A) Manter a integridade nacional.
- B) Garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- C) Prover a execução de lei estadual, ordem ou decisão judicial.
- D) Assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais.

13. Considerando o poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo, previsto no art. 84, VI, da CF, e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, avalie as seguintes assertivas:

I - Para fins de mera reorganização interna da Administração Pública, é cabível a transformação, mediante decreto ou outro ato normativo infralegal, de funções de confiança em cargos em comissão e vice-versa, uma vez que tais postos funcionais possuem naturezas e formas de provimento distintas, por expressa disposição constitucional.

II - Considerado o princípio da separação dos poderes, conflita com a Constituição Federal a extinção, por ato unilateralmente editado pelo Chefe do Executivo, de órgãos colegiados que, contando com menção em lei em sentido formal, viabilizem a participação popular na condução das políticas públicas – mesmo quando ausente expressa indicação de suas competências ou dos membros que o compõem.

III - À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do chefe do Poder Executivo estadual as leis que versem sobre a organização administrativa do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da administração estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.

Assinale a alternativa que contém somente assertivas corretas:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) II e III.

14. No que se refere ao controle de constitucionalidade das leis municipais no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) Cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal contra acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade estadual, quando o parâmetro utilizado for norma da Constituição Estadual de reprodução obrigatória da Constituição Federal.
- B) É possível o controle direto da constitucionalidade de ato normativo municipal tendo como parâmetro a Lei Orgânica do Município.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

- C) A inconstitucionalidade de leis municipais frente à Constituição Federal pode ser arguida em controle abstrato perante o Supremo Tribunal Federal, desde que a norma municipal viole cláusula pétrea.
- D) Compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal exercer o controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Federal, desde que provocado por um dos legitimados do art. 103 da Constituição.
15. Acerca dos servidores públicos, podemos afirmar que:
- A) A remuneração dos servidores públicos e subsídios deverão ser fixadas por decreto do poder executivo.
- B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- C) A acumulação de cargos públicos será sempre permitida quando se tratar de cargos entre entes federativos distintos.
- D) A lei poderá estabelecer limites e restrições à associação sindical de servidor público civil.
16. Acerca da ordem econômica, podemos afirmar que:
- A) Em razão de sua natureza jurídica, às empresas públicas e às sociedade de economia mista são assegurados privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- B) A dominação de mercado, a concorrência comercial e o auferimento de lucros da iniciativa privada são fatores inerentes ao capitalismo e não poderão sofrer qualquer restrição legal, sob pena de se violar os princípios da livre iniciativa de mercado e da propriedade privada.
- C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão dispensar às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- D) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, salvo nos casos previstos em lei.
17. A Constituição Federal de 1988 consagra, entre seus pilares, a proteção dos direitos fundamentais, assegurando a todos — brasileiros e estrangeiros residentes no país — o pleno respeito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Essa garantia, prevista no artigo 5º, reflete o compromisso do Estado com a dignidade humana e com a igualdade jurídica, independentemente de qualquer distinção. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa correta:
- A) A todos, apenas no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- B) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

- C) Constitui crime inafiançável e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- D) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
18. Considerando os ensinamentos doutrinários sobre os direitos fundamentais, especialmente em caso de colisão entre eles, qual das afirmativas a seguir melhor expressa o método de resolução adotado pela doutrina majoritária?
- A) Os direitos fundamentais têm hierarquia entre si, sendo os direitos civis superiores aos sociais.
- B) A solução do conflito se dá pela exclusão de um dos direitos em disputa, pois não podem coexistir.
- C) Os conflitos entre direitos fundamentais podem ser resolvidos pela ponderação de interesses, observando-se o princípio da proporcionalidade.
- D) O juiz deve aplicar a regra da supremacia da norma mais antiga no ordenamento jurídico.
19. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:
- A) Decisão de órgão fracionário de tribunal que afasta a incidência de ato normativo do poder público, sem declarar expressamente sua inconstitucionalidade, não viola cláusula de reserva de plenário.
- B) Com relação à definição dos legitimados ativos para o exercício do controle abstrato de constitucionalidade estadual, os estados não estão obrigados a observar o paradigma adotado pela Constituição Federal, podendo ampliar o rol de legitimados.
- C) A previsão constitucional da denominada Cláusula de Reserva de Plenário é aplicável no âmbito dos Juizados Especiais.
- D) No controle de constitucionalidade concentrado, se o órgão do Poder Judiciário decidir que a norma é incompatível com a Constituição, deixará de aplicá-la ao caso concreto, ou seja, essa declaração de inconstitucionalidade valerá apenas para aquele caso.
20. A aplicabilidade das normas constitucionais varia conforme sua eficácia, mas todas compartilham o atributo da supremacia. Com base nisso, assinale a alternativa correta:
- A) Normas de eficácia contida possuem aplicabilidade imediata, mas podem ter seu alcance restringido por legislação infraconstitucional compatível.
- B) Normas constitucionais de eficácia limitada não produzem qualquer efeito até a edição da norma regulamentadora, e por isso não integram o bloco de constitucionalidade.
- C) A eficácia plena está restrita a normas que descrevem competências dos órgãos estatais, sendo inaplicável aos direitos fundamentais.
- D) A supremacia da Constituição admite que leis anteriores a ela continuem em vigor, mesmo se incompatíveis com normas constitucionais de eficácia plena.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

21. Sobre as normas fundamentais do Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa correta:
- A) O processo começa por iniciativa do juiz e se desenvolve por impulso da parte, salvo as exceções previstas em lei.
  - B) A tutela provisória de urgência poderá ser concedida contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
  - C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
  - D) Todas as decisões dos órgãos do Poder Judiciário serão fundamentadas, salvo os casos de segredo de justiça.
22. Sobre as disposições do CPC quanto à competência jurisdicional, assinale a alternativa correta:
- A) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
  - B) A incompetência, absoluta ou relativa, pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
  - C) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de domicílio do réu.
  - D) O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
23. Sobre as nulidades processuais, assinale a alternativa correta:
- A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
  - B) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará nulo o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
  - C) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
  - D) Mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz deverá pronunciá-la e mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
24. Sobre a tutela provisória, na forma regida pelo CPC, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
  - B) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

- C) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, o juiz poderá, liminarmente, conceder a tutela da evidência desde que também haja demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- D) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
25. Sobre o pedido, na forma disciplinada pelo CPC, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.
- B) É lícito formular pedido genérico quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- C) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- D) O autor poderá, até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido, independentemente de consentimento do réu.
26. Sobre as provas, na forma regida pelo CPC, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.
- B) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.
- C) A prova testemunhal é sempre admissível, não dispendo a lei de modo diverso.
- D) Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, uma vez realizada a prova pericial, o juiz estará vinculado às conclusões do laudo.
27. Sobre a sentença e a coisa julgada, na forma disciplinada pelo CPC, assinale a alternativa correta:
- A) Haverá resolução de mérito quando o juiz homologar a transação.
- B) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- C) O juiz não resolverá o mérito quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- D) Haverá resolução de mérito quando o juiz verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

28. Sobre as disposições do CPC quanto aos recursos, assinale a alternativa correta:
- A) O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável por agravo de instrumento.
  - B) Cabe apelação contra as decisões interlocutórias que versarem sobre mérito do processo.
  - C) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, se possível, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.
  - D) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.
29. Sobre o processo de execução regido pelo CPC e sobre as disposições da Lei 6.830/1980, que disciplina a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:
- A) É regida pela Lei 6.830/1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal (LEF), apenas a execução judicial para a cobrança da dívida ativa de natureza tributária.
  - B) A alienação em fraude à execução é eficaz em relação ao exequente.
  - C) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez.
  - D) A certidão de dívida ativa poderá ser emendada ou substituída a qualquer tempo, independentemente da devolução do prazo para embargos.
30. Sobre as disposições da Lei 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança, assinale a alternativa correta:
- A) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
  - B) As autoridades administrativas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação da medida liminar, remeterão ao Ministério Público cópia autenticada do mandado notificatório, assim como indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.
  - C) Denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
  - D) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for concedida.
31. A empresa Irmãos e Filhos Ltda possui uma execução fiscal movida em seu desfavor pelo Estado de Mato Grosso do Sul na qual está sendo cobrada pelo inadimplemento de ICMS em operações realizadas de janeiro até dezembro de 2015, assim, pode-se dizer:
- A) Se a empresa executada ofertar exceção de pré-executividade e for acolhida a decadência integral do crédito tributário o recurso cabível para a Fazenda Pública será a apelação.
  - B) Se a empresa executada interpuser embargos à execução e for acolhida a prescrição parcial do crédito tributário na decisão de saneamento, caberá a interposição de apelação pelo autor e réu.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

- C) A decisão que reconhece a prescrição ou decadência do crédito tributário, por se tratar sempre de uma decisão interlocutória, será sempre recorrível por agravo.
- D) Se a empresa executada propuser uma ação anulatória de débito fiscal antes mesmo da distribuição da execução fiscal e a sentença julgar integralmente improcedente o pedido de prescrição e decadência, caberá a interposição de agravo pela Fazenda Pública para a majoração dos honorários arbitrados.
32. Sabendo que a Lei Federal 6.830/80 dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é **ERRÔNEO** afirmar que:
- A) É vedado a Fazenda Pública adjudicar os bens penhorados.
- B) A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos.
- C) A propositura de ação judicial pelo contribuinte questionando a legalidade do lançamento fiscal importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.
- D) A União e suas autarquias não possuem qualquer preferência legal no concurso de credores formado por pessoas jurídicas de direito público contra devedores solventes.
33. Pode-se dizer sobre a jurisprudência do STF no tocante as multas tributárias:
- A) As multas moratórias instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e Município devem observar o piso de 20% do débito tributário, obedecida a Resolução do Senado Federal.
- B) Até que seja editada lei complementar federal sobre a matéria, a multa tributária qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio limita-se a 100% (cem por cento) do débito tributário.
- C) A multa isolada refere-se a uma penalidade aplicada por descumprimento da obrigação tributária principal (tributo em si), razão pela qual o Supremo possui jurisprudência consolidada pela sua limitação em 100%
- D) nenhuma das alternativas anteriores está correta.
34. Nas assertivas seguintes assinale a opção **INCORRETA**.
- A) acerca do IPVA, é correto afirmar que terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal e poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- B) o IPVA não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor e da utilização.
- C) o ICMS, além de outros aspectos, será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- D) o ICMS poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

35. Quanto ao ICMS, conforme disposto na Constituição Federal, marque a alternativa **INCORRETA**.
- A) resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
  - B) incidirá também sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
  - C) incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
  - D) incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
36. Segundo a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal os estados-membros **NÃO** possuem competência para:
- A) Instituir taxa pelo exercício regular do poder de polícia sobre as atividades de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento de recursos minerais, realizada no Estado.
  - B) Dispor sobre instituição de taxas de polícia cobradas em função de atividades de fiscalização e vistoria em estabelecimentos comerciais abertos ao público (casas noturnas, restaurantes, cinemas, shows).
  - C) Instituir o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação nos casos em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior e nos casos em que de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior (art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal) sem a edição da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional
  - D) Instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
37. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a espécie tributária taxa:
- A) Se o valor arrecadado a título de taxa superar o custo do serviço prestado ou posto à disposição do contribuinte, restará configurada uma situação de onerosidade excessiva e de ofensa ao princípio do não confisco previsto no art. 150, IV, da CF.
  - B) É constitucional a instituição e a cobrança de taxas por emissão ou remessa de carnês/guias de recolhimento de tributos.
  - C) As taxas cobradas em razão exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis são inconstitucionais.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

- D) É constitucional a cobrança de valores tidos como taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.
38. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as imunidades:
- A) O princípio da imunidade tributária recíproca (CF, art. 150, VI, a) pode ser invocado na hipótese de contribuições previdenciárias.
- B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, não são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.
- C) Incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público.
- D) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos faz jus à imunidade recíproca (art. 150, VI, a, da CF) ainda que exerça atividades em concorrência com a iniciativa privada.
39. Assinale a alternativa CORRETA segundo o Superior Tribunal de Justiça:
- A) A decadência, consoante a letra do art. 156, V, do CTN, é forma de extinção do crédito tributário. Sendo assim, uma vez extinto o direito, pode ser reavivado por qualquer sistemática de lançamento ou auto-lançamento.
- B) É possível a constituição de crédito tributário com base em documento de confissão de dívida tributária apresentado, para fins de parcelamento, após o prazo decadencial previsto no art. 173, I, do CTN.
- C) É possível a cobrança de crédito tributário com base em documento de confissão de dívida tributária apresentado, para fins de parcelamento, após o prazo decadencial previsto no art. 173, I, do CTN.
- D) Não é possível a constituição de crédito tributário com base em documento de confissão de dívida tributária apresentado, para fins de parcelamento, após o prazo decadencial previsto no art. 173, I, do CTN.
40. Segundo o CTN, **NÃO** suspende a exigibilidade do crédito tributário:
- A) Moratória
- B) Seguro-garantia
- C) A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial
- D) Parcelamento

## Prova objetiva para Residência Jurídica

41. Analise as afirmações a seguir e identifique a CORRETA:

- A) O Código Civil brasileiro adotou como princípios básicos ou fundamentais a socialidade, a impessoalidade e a operabilidade.
- B) É considerado exemplo da aplicação do princípio da operabilidade pelo Código Civil a disciplina da prescrição e da decadência.
- C) Tanto na adoção dos denominados conceitos indeterminados, quanto na das cláusulas gerais, há indeterminação quanto às consequências da violação da norma correspondente.
- D) O princípio da impessoalidade preconiza o tratamento jurídico igual aos iguais e desigual aos desiguais.

42. Analise as afirmações a seguir e identifique a CORRETA:

- A) Os direitos da personalidade, possuindo natureza existencial, extinguem-se totalmente com o falecimento da pessoa.
- B) Dentre as características dos direitos da personalidade, algumas são consideradas de natureza absoluta, tais como a imprescritibilidade, a impossibilidade de limitação voluntária e a vitaliciedade.
- C) O uso não autorizado da imagem de uma pessoa para fim comercial, independentemente de prova de prejuízo, constitui violação a direito da personalidade
- D) A exposição da imagem de uma pessoa, de natureza sensual, ainda que sem autorização da pessoa retratada, em nenhuma hipótese constitui violação de direito da personalidade.

43. Sobre contratos assinale a alternativa CORRETA:

- A) Vícios ou defeitos ocultos são imperfeições da prestação que o respectivo destinatário não conhece, mas poderia conhecer com recurso à diligência ordinária.
- B) Em doações onerosas a coisa recebida pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso.
- C) Na hipótese de vício redibitório, não pode o adquirente reclamar abatimento no preço, devendo rejeitar a coisa.
- D) O alienante não será responsável se a coisa perecer em poder do alienatário, por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

44. Sobre prescrição e decadência, assinale a **INCORRETA**:

- A) A exceção prescreve no mesmo prazo que a pretensão.
- B) Os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo das partes.
- C) A interrupção da prescrição ocorrerá por despacho do juiz, desde que competente, que ordenar a citação.
- D) A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

45. Sobre a ordem de preferência entre créditos no concurso de credores, assinale a alternativa correta:
- A) Créditos trabalhistas têm preferência sobre créditos com garantia real, independentemente da data da constituição da garantia.
  - B) Créditos tributários sempre prevalecem sobre quaisquer outros, inclusive os com garantia real.
  - C) Créditos quirografários têm preferência sobre créditos com privilégio especial.
  - D) Créditos com garantia real têm preferência sobre créditos quirografários, observada a ordem legal e a data da constituição da garantia.
46. Sobre os efeitos da insolvência civil, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:
- A) A declaração de insolvência extingue automaticamente todos os débitos civis do devedor.
  - B) A insolvência civil importa vencimento antecipado das dívidas do devedor e instauração de concurso de credores.
  - C) A insolvência impede o devedor de praticar qualquer ato jurídico, mesmo que autorizado judicialmente.
  - D) A declaração de insolvência é admitida apenas para empresários sujeitos ao regime da Lei de Falências e Recuperação Judicial.
47. Considerando o Código Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da União Estável, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) Apesar do Código Civil falar em união estável entre homem e mulher, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que é possível a existência de uniões estáveis homoafetivas, ou seja, entre pessoas do mesmo sexo.
  - B) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.
  - C) A eleição do regime de bens da união estável por contrato escrito é dotada de efetividade “ex nunc”, sendo inválidas cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos patrimoniais do pacto.
  - D) Aplica-se à união estável contraída por septuagenário o regime da separação absoluta de bens, comunicando-se os adquiridos na constância, quando comprovado o esforço comum.
48. Considerando o Código Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do Direito das Sucessões, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
  - B) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no país, será regulada pela lei brasileira em benefício dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “de cuius”.
  - C) A renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento público ou termo judicial.
  - D) São revogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.

## Prova objetiva para Residência Jurídica

49. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre os princípios que devem ser observados na atividade de tratamento de dados. A limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados, corresponde ao conceito do:
- A) Princípio da finalidade.
  - B) Princípio da necessidade.
  - C) Princípio da adequação.
  - D) Princípio da prevenção.
50. Com base nas definições constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) O controlador é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
  - B) O operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
  - C) Encarregado é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
  - D) O uso compartilhado de dados é autorizado livremente entre entes públicos e privados, independentemente de autorização específica ou finalidade determinada, desde que haja interesse público envolvido.